

# FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS: EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR INSTITUCIONALIZADA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

FERNANDA DOS SANTOS PAULO\*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

## RESUMO

O artigo versa sobre a Educação Não Escolar, Educação Popular, prática educativa e formação de educadores sociais. Busco apresentar elementos que permitam reflexões e diálogos sobre concepções de educação e o lugar que ocupa a Educação Popular freiriana no trabalho pedagógico não escolar formal. Tenho a hipótese de que a Educação Popular não é visível na educação social, mesmo com a presença de Paulo Freire, pela falta de formação, bem como pela existência de disputas conceituais. Este estudo poderá contribuir para a formulação de políticas de formação para educadores sociais e para ampliar os estudos acerca da Educação Não Escolar.

**Palavras-chave:** Educadores Sociais. Educação Não Escolar. Educação Popular. Formação universitária.

## ABSTRACT

### FORMATION OF SOCIAL EDUCATORS: POPULAR EDUCATION, INSTITUTIONALIZED NON-SCHOOL EDUCATION AND EDUCATIONAL PRACTICES

The article deals with Non-School Education, Popular Education, educational practice and training of social educators. I seek to present elements that allow reflections and dialogues on conceptions of education and the place that Freirean Popular Education occupies in formal non-school pedagogical work. I have the hypothesis that Popular Education is not visible in social education, even with the presence of Paulo Freire, due to the lack of training, as well as the existence of conceptual disputes. This study may contribute to the formulation of training policies for social educators and to expand studies on Non-School Education.

**Keywords:** Social Educators. Non-School Education. Popular Education. University education.

---

\* Pós-Doutora e Doutora em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em educação pelo Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Educadora popular. E-mail: [fernanda.paulo@unoesc.edu.br](mailto:fernanda.paulo@unoesc.edu.br)

## RESUMEN

### FORMACIÓN DE EDUCADORES SOCIALES: EDUCACIÓN POPULAR, EDUCACIÓN NO ESCOLARIZADA INSTITUCIONALIZADA Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS

El artículo trata sobre la Educación No Escolar, la Educación Popular, la práctica educativa y la formación de educadores sociales. Busco presentar elementos que permitan reflexiones y diálogos sobre concepciones de educación y el lugar que ocupa la Educación Popular Freireana en el quehacer pedagógico formal no escolarizado. Tengo la hipótesis de que la Educación Popular no es visible en la educación social, incluso con la presencia de Paulo Freire, debido a la falta de formación, así como a la existencia de disputas conceptuales. Este estudio puede contribuir a la formulación de políticas de formación de educadores sociales ya ampliar los estudios sobre Educación No Escolar.

**Palabras-clave:** Educadores Sociales. Educación No Escolar. Educación Popular. Formación universitaria.

## DIÁLOGOS INICIAIS

Este texto<sup>1</sup> discute a compreensão de educação, de Educação Não Escolar, de Educação Não Escolar Institucionalizada e de práticas pedagógicas em espaços não escolares, em especial no contexto do trabalho do educador social. Além disso, apresenta as contribuições da Educação Popular com base em Paulo Freire no processo de formação acadêmico-profissional de educadores sociais. Baseia-se em algumas das obras de Freire, em pesquisas documental e bibliográfica que abordam o tema. Também, nas pesquisas que realizo desde minha inserção na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), no Movimento de Educação Popular (MEP), no Fórum Nacional dos Educadores Sociais e no Fórum Municipal dos Educadores Sociais de Porto Alegre (RS) enquanto educadora popular, bem como nas experiências de investigação enquanto docente pesquisadora. Temos um Grupo de Estudos e Pesquisas denominado *Paulo Freire e Educação Popular*, no qual, também, realizamos práticas de ex-

tensão, em conjunto com instituições públicas de educação superior.

Em 2021, no mundo, em especial no Brasil, várias atividades educativas foram realizadas, de modo virtual, em comemoração do centenário do nascimento de Paulo Freire. Dos inúmeros temas abordados, alguns movimentos populares, pesquisadores e instituições educativas retomaram a relevância da vida e obra de Paulo Freire, apresentando uma ampliação de temáticas, dentre elas a dos educadores sociais. Neste tema, a AEPPA realizou dois cursos virtuais (primeiro e segundo semestre de 2021) para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular freiriana. Os cursos tiveram o apoio de outros movimentos populares, de pesquisadores e instituições de Educação Superior.

A demanda por formação dos educadores sociais ganha força no fim dos anos de 1990, com a AEPPA, no Rio Grande do Sul (PAULO, 2013; 2020). Todavia, da década de 1990 até agora, muitas mudanças ocorreram, tanto no tocante as legislações, como no uso de termos utilizados para nomear o contexto de trabalho do educador social e a nomenclatura utilizada para a sua ocupação. No primeiro caso encontramos, inicialmente, as seguintes

1 Parte do conteúdo deste artigo vem sendo discutido em outros textos (capítulos de livros e artigos) e, no entanto, a novidade neste artigo é as reflexões de estudos de mais de uma década melhor organizada e a classificação do que compreendemos (grupo da AEPPA) por Educação Não Escolar Institucionalizada.

terminologias: educação não formal, educação comunitária, educação extraescolar, educação social, socioeducação e pedagogia social. Referindo-se aos educadores sociais encontramos as seguintes denominações: educadores sociais, ora contratados como orientadores sociais, cuidadores, oficinheiros, monitores, assistente de desenvolvimento social, socioeducador, outras vezes, como agente socioeducativo, mobilizador social, cuidador social, instrutor social, educador comunitário, educador sociocomunitário, empreendedor social e agente comunitário.

Somente em 2009, com o Projeto de Lei nº 5346 de 2009, de autoria do Deputado Federal Prof. Chico Lopes (PC do B) do Estado do Ceará, buscou-se regulamentar a profissão de educador social, a caracterizando como pedagógica e social. No mesmo ano, já citado neste Projeto de Lei, foi inserido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a atividade ocupacional do educador social (5153-05). Importante salientar que no Brasil ainda não temos, na Classificação Brasileira de Ocupações, o pedagogo social. E, a profissão de pedagogia, assim como do educador social não são regulamentadas ainda.

Atualmente está em processo de votação e aprovação final o Projeto de Lei 2.941, de 2019, que visa regulamentar a profissão de educador social. Ele vai passar pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, provavelmente neste ano (2023); esse documento traz o tema da formação profissional, colocando que os educadores sociais serão formados em cursos de graduação específicos. Cabe sublinhar que este projeto, mesmo sem utilizar a nomenclatura de Educação Não Escolar, nos oferece elementos que comprovam a formalidade do trabalho e das práticas educativas destes profissionais.

Com o propósito de contextualizar a temática a ser apresentada trouxe algumas questões sobre o percurso da identidade profissional do educador social, o qual pode ser localizado com maior detalhamento com os estudos de Zucchetti (2010), Ferreira (2016), Pereira (2013,

2015, 2017, 2019), Paulo (2010, 2013, 2020, 2021), Paulo e Silva (2021).

Deste modo, o tópico a seguir apresentará a compreensões de educações e tipologias de Educação Não Escolar, abordando o que compreendo por prática pedagógica no contexto da Educação Não Escolar Institucionalizada. Posteriormente, a Educação Popular e Paulo Freire em contextos plurais de Educação e contribuição para a formação acadêmico-profissional para educadores sociais.

## COMPREENSÕES DE EDUCAÇÕES

Para Brandão (1993) há muitas formas e modelos de educação. A escola não é o único lugar que a educação acontece e o professor não é o único profissional da educação. E, conforme Gadotti (1987), a história da educação está atrelada ao desenvolvimento social, articulada, na maioria das vezes, em benefício do sistema econômico vigente. Na mesma consonância, segundo Nóvoa (2005), a história da educação carrega um sentido social, seja ele tradicional ou libertador.

Em um parágrafo, com reflexões de três autores, temos apontamentos importantes, a saber: a) temos educações e não uma educação no singular; b) a educação é um projeto de sociedade e tem intencionalidades; e, c) todo sentido da educação, tradicional ou não, é social; portanto, toda educação é social.

Então, a Educação em seu sentido amplo é uma prática social e cultural. É intencional e possui uma natureza formativa de sujeitos individuais e coletivos. Ela acontece em vários contextos, é plural, é social e não é neutra, assim como possui concepções teórico-práticas, sejam tradicionais ou crítica.

Aqui, neste texto, nosso foco é a Educação Não Escolar Institucionalizada (PAULO, 2020) no contexto do trabalho do educador social, a qual também é plural, social, política e formal. Por Educação Não escolar (fora da escola) temos vários autores que trabalharam o tema, e talvez os principais são: Valla (1977), Trilla

(2003) e Gohn (2010). No caso de Valla, ele associa as práticas de alfabetização de adultos como educação não formal. O mesmo ocorre com algumas interpretações de Paulo Freire com suas experiências de alfabetização de adultos juntamente com o Movimento de Cultura Popular e com os círculos de cultura. O que ocorre é que não havia uma política nacional de educação de jovens e Adultos e muitos processos davam-se em parceria com Movimentos Populares e Instituições Não Governamentais. Em muitos casos, os espaços educativos eram não escolares, mas o programa era governamental (municipal<sup>2</sup>, estadual e teríamos um nacional<sup>3</sup>); em outros casos, eram práticas educativas realizadas pelo Movimento de Cultura Popular.

Nos estudos de Zoppei (2015), ele identificou várias denominações para educação fora da escola, a saber: educação extraescolar, educação não formal, educação não escolar, educação social, educação sociocomunitária e educação informal. O termo mais usado é educação não formal, segundo suas pesquisas. Não localizamos no seu quadro de sistematização o descritor “Educação Popular”, e isso - talvez - se deva ao fato de que “circulavam, no Brasil, artigos de educação de adultos e educação popular associando-os à educação não formal, durante os anos 1970 e 1980” (ZOPPEI, 2015, p. 79). Segundo os meus estudos, algumas compreensões de Educação Popular eram sinônimas a de educação não formal e educação de adultos. Em outras a Educação Popular aparece como concepção teórico-prática que pode acontecer em contextos escolares e não escolares. Além do mais, nem todo sentido de Educação Popular é crítico-emancipador (PAULO, 2018).

Em uma revisão de literatura, na Base de Dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

2 A primeira experiência com o Sistema Paulo Freire foi em 1962 que se iniciava com a educação infantil e alfabetização (PAULO, 2018).

3 Década de 1960 antes do Golpe Civil-militar. O Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, do governo Goulart, convidou Paulo Freire para realizar uma campanha nacional de alfabetização. O Projeto Angicos, no Rio Grande do Norte foi o mais conhecido.

tações (BDTD) realizada em 2022, identifiquei várias nomenclaturas, confirmando os estudos anteriores (PAULO; TREVISAN, 2022). Diante da lista de adjetivos dado a educação para apresentar o contexto do Educador Social fui organizando um quadro que chamei de tipologias da Educação (ZOPPEI, 2015, PAULO; TREVISAN, 2022).

Para organizar as tipologias realizei um exercício didático de descrição e busca de compreensão das possíveis características da Educação Não Escolar que podem contribuir para estudos futuros. O quadro 1 não é, necessariamente, o que eu considero como tipologias da Educação Não Escolar, mas estou sendo fiel aos estudos realizados na BDTD. Depois, vou apresentar o que considero como tipologias da Educação Não Escolar.

A construção de uma Tipologia da Educação Não Escolar iniciou-se com os estudos realizados a partir da minha experiência de educadora popular na AEPPA, depois como estudante e pesquisadora. Iniciei com um desenho construído a partir destas experiências. Logo depois, como estudante e pesquisadora iniciei pesquisas sobre o tema em livros, artigos, teses e dissertações. Conheci o primeiro inventário das formas de Educação Não Escolar na pesquisa de Zoppei (2015). A partir dela cruzei com o que vinha estudando, pesquisando e vivenciando. Fiz um levantamento na AEPPA de tipologias mais usadas e confirmei o que dizia Graciani (2005), Gohn (2010) e Zoppei (2015). Em um segundo momento, realizamos pesquisas nos cursos promovidos pela AEPPA para educadores sociais. Depois, iniciamos atualização das pesquisas.

A análise do quadro tipológico da Educação Não Escolar deu-se a partir da interpretação crítica das dissertações e teses analisadas (PAULO; TREVISAN, 2022). A análise teórico-conceitual, procurando caracterizar a Educação Não Escolar, a partir do lugar de trabalho do Educador Social.

A Educação Popular, segundo Paulo (2018) não seria uma tipologia da Educação Não Esco-

lar, pois ela pode realizar-se, também, em contextos escolares (educação básica e superior). Considera a Educação Popular como concepção teórico-metodológica (PAULO, 2013; 2018; 2020), assim como Freire e Nogueira (1993) a conceituaram e Vale (2011).

**Quadro 1-** Organização das tipologias da Educação Não Escolar.

EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	
TIPOLOGIAS	PRINCIPAIS COMPREENSÕES
Educação Popular	Educação Popular libertadora, progressista e crítica. Pedagogia crítica. Educação libertadora. Educação Progressista. Pedagogia/educação crítica.
Socioeducação	Educação preventiva. Educação não-formal. Recuperação e ressocialização. Medidas socioeducativas.
Educação Não Formal	Educação extraescolar. Educação preventiva. Educação nos Movimentos Sociais.
Educação Social	A educação social como campo ou área de atuação do educador social. Em alguns casos associa a educação não-formal. Aborda a prática educativa com ênfase para as metodologias.
Educação de Rua	Adolescentes em conflito com a lei. Pessoas em situação de rua-moradia. Atividades na cidade.
Educação Comunitária	Educação que acontece na comunidade, nas ONGs e instituições religiosas. Educação sociocomunitária e temas não escolares.
Pedagogia Social	Pedagogia Social da Rua - ambiente socioassistencial. Pedagogia social como teoria da Educação Social. Pedagogia Social como curso de formação.

**Fonte:** A partir de Paulo e Trevisan (2022) e da revisão de literatura atualizada.

A Educação de Rua (PAIVA, 2012), em meu entendimento, é uma especificidade da Educação Não Escolar formal/institucionalizada, assim como a Socioeducação (quadro 1). Contudo, pode acontecer Educação de Rua em contextos não formais (OLIVEIRA, 2004) e informais (PAULO, 2020), a depender do contexto. Já a Socioeducação é uma política que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

No que se refere a pedagogia social, os estudos de Graciani (2005) apresentam pressupostos pedagógicos e metodológicos da Pedagogia Social de Rua baseados na Educação Popular. Expõe a Pedagogia Social de Rua mediante sistematização de uma experiência educativa, vivida na década de 1980, na cidade de São Paulo. Revela que é possível educar na rua, colocando a Pedagogia Social de Rua como a única ação educativa inovadora

emergente, a qual surgiu para reverter a situação de risco pessoal e social de milhares de crianças brasileiras de rua. Entendo que Graciani (2005) apresenta uma ciência da educação que se realiza fora da escola, cuja perspectiva é da Educação Popular freiriana. Logo, a pedagogia não seria uma tipologia da educação como apareceu em estudos localizados na BDTD. Neste caso, Paulo e Trevisan (2022), manifestam-se a favor da Pedagogia Social enquanto curso de formação de educadores sociais e não como campo de atuação ou tipologia de educação.

Diante dessa exposição, organizei as caracterizações de Educação Não Escolar a partir do que eu entendo ser sua classificação, levando em consideração estudos publicados por alguns dos pesquisadores com reconhecimento na temática, a revisão de literatura e pesquisa documental (BRASIL, 1990; 2009a; 2014).

**Quadro 2** - Reorganização das tipologias da Educação Não Escolar.

EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	
TIPOLOGIAS	PRINCIPAIS COMPREENSÕES
<b>Educação formal/institucionalizada</b> Brasil (2014). Ferreira (2016). Paulo (2020).	Educação que se realiza a partir das políticas sociais. Tem conteúdo não escolarizado, tem planejamento pedagógico, tem atividades educativas sob orientação e mediação do educador social. O educador deve conhecer as políticas sociais e ter atuação interdisciplinar.
<b>Educação Não Formal</b> Gohn (2010). Paulo (2013).	Os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e sujeitos, fora das escolas. Possui intencionalidade. Educação nos Movimentos Sociais.
<b>Educação Social</b> Pereira (2015). Silva (2011).	É um campo de conhecimento com práticas educativas, voltadas para a ressocialização de indivíduos e grupos histórica e socialmente excluídos. É uma educação que tem como ciência a pedagogia social.

<p><b>Educação Comunitária</b> Paulo (2020). Gadotti (1999).</p>	<p>Educação que acontece na comunidade, nas ONGs e instituições religiosas buscando o desenvolvimento social territorial. As atividades educativas são promovidas na e pela comunidade, sem necessariamente exigir formação de quem programa e ou executa a ação educativa. A educação comunitária como desenvolvimento comunitário, contribui com a organização e o fortalecimento entre populações empobrecidas ou discriminadas.</p>
<p><b>Educação Informal</b> Gohn (2010).</p>	<p>Tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu etc.</p>
<p><b>Socioeducação</b> Brasil (1990).</p>	<p>Surgiu com o Estatuto da Criança e do Adolescente quando foi implementado as medidas socioeducativas.</p>

Fonte: Organizado pela autora.

**Quadro 3** - Síntese reorganizada das tipologias da Educação Não Escolar

EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	
TIPOLOGIAS	EDUCADOR SOCIAL NESTES CONTEXTOS EDUCATIVOS
<p><b>Educação formal.</b> Brasil (2014). Ferreira (2016). Paulo (2020).</p> <p><b>Educação de Rua/Educação Social de Rua/Pedagogia Social de Rua</b> Oliveira (2004). Graciani (2005). Paiva (2012).</p> <p><b>Socioeducação.</b> Brasil (1990).</p>	<p>Atua como profissão, recebe salário e a profissão exige saberes específicos da área e do campo de atuação.</p>
	<p>Educação de rua como proposta de governo, com atividades educativas. Educação social de rua como sistema pedagógico, surgido na América Latina ao final da década de 1970. Pedagogia Social de rua é um campo da Educação e se destina a um público que vivem em abandono e nos perigos da rua.</p>
	<p>Atua como profissão, recebe salário e a profissão exige saberes específicos da área e do campo de atuação.</p>

<p><b>Educação Não Formal.</b> Gohn (2010). Paulo (2013).</p>	<p>Pode ter militância em Movimentos Sociais, participar ou promover práticas educativas em espaços comunitários, destinados a formação política e sociocultural, mas não é um espaço de trabalho assalariado. E não, necessariamente, deva ser um educador social ou ter uma formação mínima exigida para participar de ações educativas em contextos de educação não formal e comunitária. São atividades e processos educativos planejados de ações coletivas.</p>
<p><b>Educação Comunitária.</b> Paulo (2020). Gadotti (1999).</p>	
<p><b>Educação Informal.</b> Gohn (2010).</p>	<p>Como sujeito individual participamos de práticas cotidianas de educação. Na educação informal, os educadores são a nossa família, os vizinhos, os amigos, os colegas de escol e trabalho etc.</p>

Fonte: Organizado pela autora.

A partir dos estudos realizados via Nóvoa (2005) e de Ribeiro (2006), reconhecidos por Paulo, Nachtigall e Gões (2019) e Paulo e Tessaro (2020) não existe nenhuma educação que não seja social. Sendo assim, a educação social não entraria como um tipo de educação, mas poderia entrar como área da Educação Não Escolar, como tem sido usada em algumas experiências. Contudo, Ribeiro (2006) e Paulo, Nachtigall e Gões (2019) acreditam existir disputas de projeto e de conceitos entre educação social e Educação Popular. Dito isso, reafirmo que a educação social não entraria em tipologias da Educação Não Escolar já que não existe educação que não seja escolar.

Paulo e Trevisan (2022) colocam a área do educador social como multidisciplinar devido ao contexto concreto de trabalho, como situa Ferreira (2016) apresentando as áreas que fazem parte da categoria profissional, educador social, as quais são: educação, saúde, direito, assistência social, entre outras.

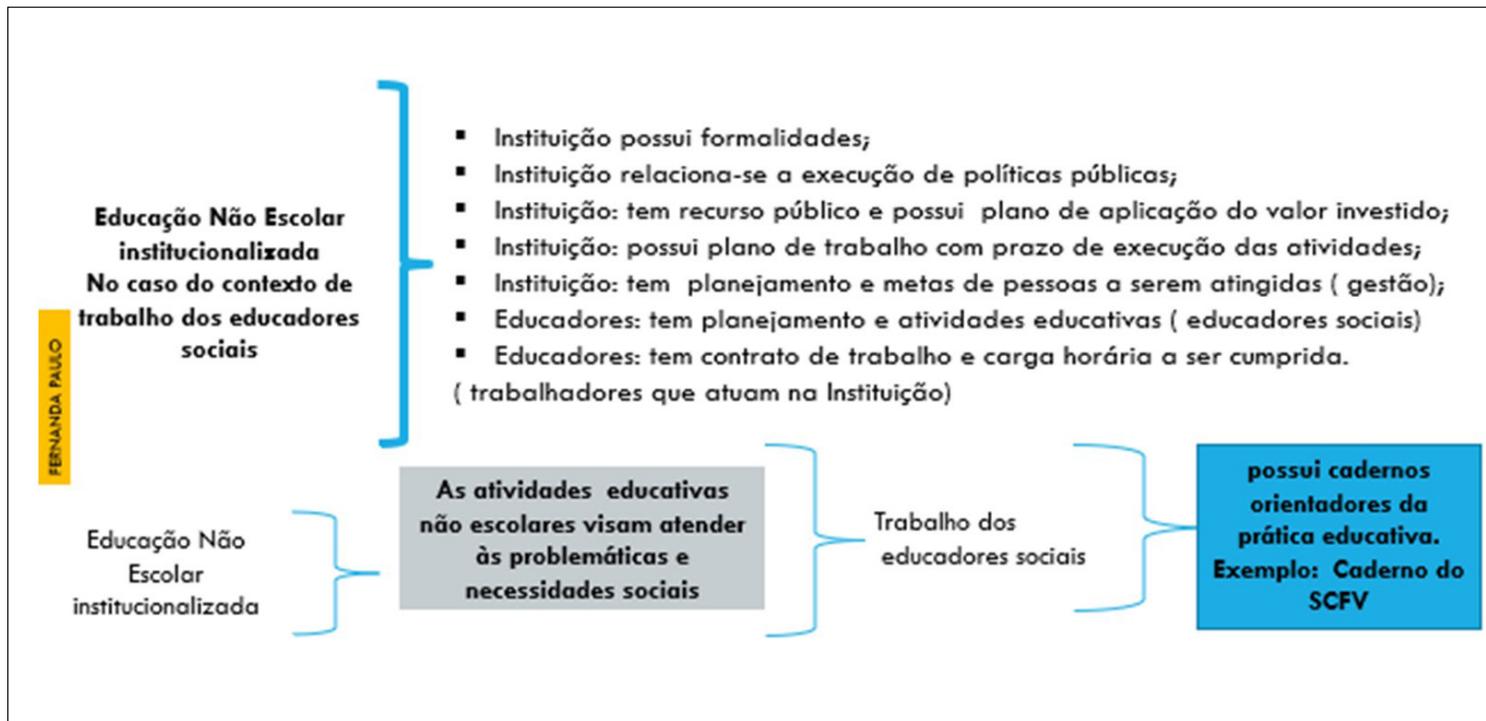
Nesse sentido, ficamos com quatro tipos de Educação Não escolar, sendo que uma delas é o contexto de trabalho do educador social. Sendo assim, chamamos este espaço de atuação como Educação Não Escolar Institucionalizada, os quais tem suas especificidades. As práticas educativas dão-se em um sistema socio-educacional institucionalizado, estruturado, com currículo não escolar e planejamento educativo orientado por normas e pedagogias, além de registrar a “frequência e o desempenho

dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;” (BRASIL, 2015, p.68). Paulo (2020) declara que a Educação Não Escolar Institucionalizada é o espaço de atuação do educador social.

Além disso, compreendemos que a educação não escolar institucionalizada é uma prática educativa com proposta pedagógica situada em espaços de execução de políticas sociais. Ou seja, ela é uma educação formalizada, com intencionalidades e projetos educativos institucionais. Executar essa proposta demanda metodologia e pedagogia diferentes das aplicadas na educação escolar. (PAULO, 2020, p. 10).

Sendo assim, a Educação Não Escolar Institucionalizada tem seus programas socioassistenciais, a quais tem suas modalidades (BRASIL, 2014). Na política da Assistência Social teremos duas classificações: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (média e alta complexidade). Em cada uma delas temos o detalhamento do conjunto dos serviços conectados em rede socioassistencial (espaço, prioritário de trabalho do educador social). Cada Serviço Socioassistencial, normalmente, tem suas modalidades. (BRASIL, 2014). Por modalidade, entendemos um modo específico, particular da Educação Não Escolar Institucionalizada. A Socioeducação e a Educação Social de Rua, nesse sentido, é um modo de fazer educação dentro do conjunto de especificidades de Educação Não Escolar Institucionalizada.

**Figura 1** – Educação Não Escolar Formal



Fonte: da autora.

Na Educação Não Escolar Institucionalizada temos práticas educativas planejadas e orientadas com “atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social e pessoal” (BRASIL, 2015, p.67). Nestas atividades há concepções de educação na execução e planejamento de atividades, mesmo que implicitamente.

## EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE EM CONTEXTOS PLURAIS DE EDUCAÇÃO

A concepção de Educação Popular freiriana pode ser base de educação escolar e educação não escolar. Sendo assim, a Educação Não Escolar Institucionalizada pode estar (ou não) baseada pela Educação Popular. Segundo Paulo:

A compreensão da Educação Popular freiriana tem origens filosóficas cristã (teologia da libertação), existencial e personalista (Mounier, Sartre, Gabriel Marciel e Heidegger), além de origem fenomenológica (Edmundo Husserl e Merleau-Ponty) e marxista (Marx, Gramsci, Marcuse, Kosik e Fromm). (PAULO, 2023, p. 3).

Ter o conhecimento das raízes da Educação Popular freiriana é importante para distinguir os sentidos e significados da Educação Popular no mundo (PAULO, 2018) e fazer a escolha política de qual concepção embasa o nosso trabalho de educador, seja ele do contexto da educação escolar ou da educação não escolar.

Por Educação Popular utilizo a acepção crítica-libertadora de Paulo Freire, reenfatizando que existem plurais concepções com sentidos e significados diversos (PAULO, 2018). Para fins de definição vou utilizar alguns usos de Educação Popular, segundo Paulo Freire, a saber:

**Quadro 4** – Publicações selecionadas de Paulo Freire

TÍTULO DO LIVRO	CITAÇÃO DIRETA DE PAULO FREIRE
A Educação na Cidade	“Significa lutar pela educação popular, pela participação crescente das classes populares nos conselhos de comunidade, de bairro, de escola.” (FREIRE, 1991, p.50).
Que fazer: teoria e prática em educação popular	“Através da Educação Popular as pessoas do bairro ou da favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver.” (FREIRE, 1989, p.66).
Política e educação	“O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular.” (FREIRE, 1993, p.16).

**Fonte:** Da autora.

Nesse sentido, a Educação Popular freiriana é crítica-libertadora, aspirando uma formação conscientizadora e transformadora. Para Torres (2019), essa Educação Popular faz parte de uma corrente de pensamento crítico e emancipador. A Educação Popular libertadora-crítica tem origem na América Latina na década de 1960, segundo Brandão em entrevista concedida para Paulo (2018). Por ele, é considerada como um dos acontecimentos mais importantes no tocante a educação contra-hegemônica.

A Educação Popular nem sempre está presente em contextos de Educação Não Escolar e muitas vezes, é compreendida apenas na sua dimensão metodológica – o que seria um erro epistêmico-conceitual se a referência é Paulo Freire (PAULO, 2018).

Por sua vez, nem todo trabalho do educador social está embasado na Educação Popular crítica. Neste sentido, é necessário ter a ciência de que o trabalho pedagógico no contexto da Educação Não Escolar Institucionalizada tem concepções pedagógicas que podem ser hegemônicas e contra-hegemônica.

No caso de Paulo Freire, ele criticou a educação bancária, tradicional, tecnicista e tecnicista renovada – corrente pedagógica hegemônica que não trabalha com metodologias da Educação Popular (PAULO, 2020).

### PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR INSTITUCIONALIZADA

Saviani (2007) apresenta que o trabalho pedagógico do educador perpassa por concepções pedagógicas, podendo ser hegemônica ou contra-hegemônica. De modo aqui resumido, pelo menos duas concepções de educação: acríticas (tradicional, tecnicista, bancária) e críticas (libertadora, crítico-social dos conteúdos e libertária). Muitas vezes, deixamos de perceber que toda educação tem intencionalidades, inclusive a Educação Não Escolar. Ou seja, toda educação está a serviço de algo, ainda que nem sempre o educador saiba, conscientemente, a quem ele está servindo (PAULO, 2020). Isto é,

todo tipo de educação é um ato político (FREIRE, 1987). O trabalho educativo do educador social no contexto da Educação Não Escolar Institucionalizada também é atravessado por concepções pedagógicas. Aqui retomamos ao Nóvoa (2005), que profere o sentido social da educação, seja ela tradicional ou libertador. Logo, não existe educação que não seja social. Então, toda educação é social e tem suas perspectivas teóricas e metodológicas. Em Freire, retomamos o que demanda a prática educativa de um educador:

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdo a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra". (FREIRE, 2011, p.48).

No caso do educador social, o seu trabalho pedagógico no contexto da Educação Não Escolar Institucionalizada, igualmente, tem planejamento, métodos, técnicas e materiais. Outrossim, tem concepções pedagógicas na sua prática educativa. Freire (2011) afirma que a natureza da prática educativa é a prática formadora e ela pode ser conservadora ou progressista. As práticas educativas são embasadas por teorias e métodos e cabe realizarmos estudos investigativos acerca do trabalho pedagógico do educador social no contexto da Educação Não Escolar Institucionalizada. Paulo e Trevisan (2022) dizem que as epistemologias na Educação Não Escolar Institucionalizada são construídas pelos saberes da experiência, no contexto educativo (no cotidiano do trabalho) e merecem aprofundamento.

Voltando ao quadro 1 que a Educação Popular apareceu como um tipo de educação no contexto de trabalho do educador social, acredito que ela é uma concepção teórico-metodológica que tem como base as pedagogias contra-hegemônicas. Os estudos realizados por Paulo e Trevisan (2022), Paulo, Nachtigall e Gões

(2019) e Paulo e Tessaro (2020) revelaram que Paulo Freire está presente na maioria dos artigos, teses, dissertações e projetos institucionais em que educadores sociais trabalham. E, Paulo Freire (PAULO, 2018) apresentou a Educação Popular como concepção teórico-prática. Posto isto, parece que a Educação Popular freiriana é uma concepção conhecida na Educação Não Escolar Institucionalizada, mas pouco explorada teoricamente.

## FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA EDUCADORES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA

O campo de atuação do educador social, vinculado as políticas públicas sociais, é a Educação Não Escolar Institucionalizada, cujo campo teórico-prático é multidisciplinar e intersetorial. Nesse sentido, a interdisciplinaridade na prática educativa do educador social exige uma formação intersetorial e multidisciplinar (PAULO; TREVISAN, 2020).

Em conformidade com Paulo e Trevisan (2022), a formação de educadores sociais deveria dar-se de modo intersetorial (áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, esportes, tecnologia, meio ambiente etc.) e que a Educação Popular poderia ser uma concepção significativa para a formação de educadores sociais no contexto brasileiro.

Duas das maiores contribuições de Paulo Freire (1987) foram o trabalho com educação conscientizadora e dialógica. Dois exemplos são: o Tema Gerador construído via Pesquisas Participativas e os Círculos de Cultura enquanto prática dialógica interdisciplinar.

Os temas geradores e os círculos de cultura são experiências concretas e que podem nos inspirar a outras metodologias participativas na construção coletiva de projetos formativos para o desenvolvimento de cursos para educadores sociais.

O educador social (profissão que até agora é do campo da Educação Não Escolar) não é

um professor, não é um voluntário e não é um oficinairo. Nem sempre o educador social se considera, igualmente, um educador popular, até porque educador popular não é profissão é uma opção político-pedagógica de militância. São sentidos e significados diferentes.

Constatamos, juntamente com o Grupo de Estudos e Pesquisa Paulo Freire e Educação Popular da AEPPA, que existem saberes e conhecimentos necessários à prática educativa do educador social e que eles são intersetoriais (PAULO, TREVISAN, 2022). O educador social atua com o Sistema de Garantia de Direitos, necessitando transitar por diferentes áreas sociais. Suas ações pedagógicas são de educação e mediação que envolvem os direitos humanos, a justiça social e o exercício da cidadania (BRASIL, 2019; PAULO, PALOSCHI, VIEIRA, 2021). Assim, compreendemos que os educadores sociais trabalham com saberes educativos específicos, diferentes daqueles da escola.

Os temas geradores e os Círculo de Cultura se constituem em metodologias críticas importantes no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar nos pressupostos da Educação Popular. A proposta do Tema Gerador e dos Círculos de Cultura possibilitam construir conhecimento crítico-emancipador no processo de formação humana que deve articular experiência da vida prática com os saberes sistematizados historicamente, de modo rigoroso e crítico. Paulo (2021) apresenta as Cartas Pedagógicas como procedimento didático e metodológico no trabalho de e com educadores sociais, sob a perspectiva da Educação Popular. Em seu estudo, Paulo Freire é um referente valoroso nesta proposta já utilizada em cursos de extensão para educadores sociais (PAULO, 2021). Neste caso, as Cartas Pedagógicas são escritas a partir de um Tema Gerador e o diálogo freiriano acontece via registro escrito, podendo ser individual ou coletivo e socializado em Círculos de Culturas.

Paulo Freire (1987, 2011) nos ajuda a alcançar, via práxis educativa, a superação da ideia de que o conhecimento e a prática do

educador é solipsista. A proposta de educação de Paulo Freire, a Educação Popular, articula a dimensão epistemológica, filosófica, política, ética, antropológica e sociológica no processo formativo. O conhecimento engloba, desta forma, a totalidade da experiência humana. Dessa maneira, desenvolver atividades de defesa de direitos sociais requer uma formação técnica-profissional, e se na perspectiva da criticidade, visando a “construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologia” (BRASIL, 2015, p. 67), podemos utilizar Paulo Freire como um dos referenciais para a formação acadêmico-profissional para educadores sociais.

O ponto de partida na proposta de paulo Freire (1987) é o diálogo problematizador e a experiência concreta dos educandos. Esta experiência se expressa através do universo temático dos sujeitos do ato educativo. As palavras e os temas mais significativos deste universo temático são escolhidos como material de pesquisa e estudos para as atividades educativas; e, podem ser utilizadas no processo de construção dos currículos dos cursos para a formação acadêmico-profissional para educadores sociais. Freire (1987) exhibe uma proposta de Educação Popular para a elaboração de conhecimento crítico, significativo e emancipador, partindo da problematização da realidade vivida, mediante a investigação temática participativa.

Nesta perspectiva, Freire (2011) afirma que pesquisa e ensino caminham juntos. Então, eu só ensino e pesquiso se sei ensinar e pesquisar; logo, aprendemos na prática com estudos individuais e coletivo, acompanhado de pesquisas reflexivas e participativas. Esta é uma das tarefas de um curso de formação para educadores sociais que não vai ensinar o currículo escolar, mas terão o papel fundamental de ensinar a pedagogia dos direitos humanos. Dessa forma, ensinar exige aprender a pesquisar e a pesquisa requer um processo contínuo de estudos teóricos e práticos.

Cabe salientar que a maioria dos educadores sociais não possui formação inicial (graduação, curso técnico, extensão etc.) para a sua ocupação, que exige saberes específicos. Mesmo que muitos educadores sociais conheçam Paulo Freire por nome ou por algum estudo, ainda é necessário conhecer a sua proposta de educação e contribuições para a formação do educador social.

Ainda não existe política nacional de formação inicial e continuada para tratar do trabalho do educador social. Observamos que a maioria das universidades desconhece o contexto de atuação do educador social (PAULO, 2020). E o curso de licenciatura de pedagogia não trabalha com a formação desse profissional; às vezes, há uma disciplina e/ou seminário sobre educação em diferentes contextos educativos, porém não estuda este tema específico. Entendo que a formação intersetorial não deva estar restrita à formação do educador social, mas nesse caso, é indispensável e urgente.

Dentre várias possibilidades de formação (PAULO, 2020), o curso de Pedagogia Social na perspectiva da Educação Popular para formação de educadores sociais (PAULO, 2010, 2013) parece ser coerente com o campo de atuação e área do conhecimento que se insere o educador social. Recentemente constou no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia a possibilidade do Curso em Educação Social, podendo ser oferecido pelos Institutos Federais. A AEPPA, em julho de 2022, entregou ofícios de demanda deste curso a alguns Institutos Federais situados no Rio Grande do Sul (Restinga, Viamão e Alvorada e Sapucaia) enfatizando a ênfase para a perspectiva da Educação Popular (PAULO, TREVISAN, 2022). Então, como podemos observar a educação social parece ter ganhado destaque na nomenclatura do curso, sendo, talvez, considerada como área da educação. Nos cabe investigar mais sobre a trajetória da escolha do nome desta graduação e refletir sobre as tipologias da educação, campo e área educacional do educador social.

## CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS

Ao longo deste texto busquei apresentar compreensões de educação, especialmente de Educação Não Escolar Institucionalizada. Apresentei o lugar das práticas pedagógicas em Espaços Não Escolares Institucionalizados no contexto do trabalho do educador social. O desafio relacionado a estes dois temas é o de aprofundamento de estudos e pesquisas acerca das identidades da Educação Não Escolar, sobretudo desbravando o campo da Educação Não Escolar Institucionalizada e o lugar que o educador social ocupa nele. Da mesma forma, se faz necessário investigações sobre práticas educativas e suas concepções pedagógicas, cujo desafio maior é que educadores sociais sejam pesquisadores e ou participantes de pesquisas que versam sobre o seu trabalho político-pedagógico.

A presença de Paulo Freire em trabalhos acadêmicos e documentos sobre Educação Não escolar e acerca do educador social foi constatado como característica dos estudos realizados no Brasil. Porém, observamos poucas referências da Educação Popular como concepção teórico-prática da educação realizada por educadores sociais.

Ainda existe a compreensão de que a Educação Popular é apenas metodologia, muito utilizado neste sentido- mas que nosso grupo de estudos e pesquisas discorda, pois compreendemos que a Educação Popular é muito mais que metodologia; é uma concepção teórico-prática emancipadora.

Autores como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão são reconhecidos internacionalmente como referências para Educação Popular, mas pouco reconhecidos na universidade e nos lugares de ocupação do educador social como referencial para a Educação Não escolar Institucionalizada. Estes entre outros autores (PAULO, 2018) são fontes teóricas inspiradora de práticas de educação alternativa em toda a América Latina; Paradoxalmente, a Educação Popular em nosso meio acadêmico é

praticamente desconhecida, senão desprezada por sua origem latino-americana. Por outro lado, existem espaços de mobilização e de Educação Popular não acadêmicos (movimentos populares) que trabalham com estes autores e com os temas da Educação Popular, dos educadores sociais e educadores populares, como é o caso da AEPPA e dos fóruns de educadores sociais. Alguns desses movimentos populares formaram redes territoriais presenciais e virtuais, bem como redes temáticas, objetivando a potencialização de ações coletivas de autoformação e formação político-pedagógica continuada. Porém, o nosso desafio é ocupar a universidade, adentrando com os temas que versam o contexto do trabalho e identidade do educador social e das tipologias das educações, dando visibilidade para a história da Educação Popular.

Testemunhamos, nesse sentido, a urgência de estudos sobre concepções de educação no processo formativo de educadores sociais e da universidade ocupar um espaço central no processo de formação acadêmico-profissional.

As obras utilizadas de Freire (1987, 1989, 1991, 1993, 2011), neste artigo, contribuíram para dois importantes apontamentos, a saber: 1) compreensão do conceito de Educação Popular freiriana que exige um projeto de formação crítico, dialético, participativo e emancipador; e, 2) Paulo Freire pode ser uma das importantes referências para construção de cursos de formação acadêmico-profissional de educadores sociais, pois já contamos com experiências (PAULO, 2010, 2013, 2019, 2020; PAULO; SPEROTTO, 2018; PAULO; SILVA, 2021) e trabalhos que reconhece a pedagogia freiriana como pressuposto teórico do trabalho do educador social e da formação profissional (GRACIANI, 2005; OLIVEIRA, 2004; SILVA, 2011; PEREIRA, 2015, 2017, 2019; FERREIRA, 2016; PAULO; NACHTIGALL; GÕES, 2019; PAIVA, 2012).

A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre tem realizado cursos para educadores sociais na perspectiva da Educação

Popular (PAULO; SPEROTTO, 2018; PAULO; SILVA, 2021) e vem discutindo, com instituições educacionais públicas, propostas curriculares para cursos de graduação. Os desafios nesta questão são grandes: carecemos de professores-pesquisadores nas instituições educacionais públicas de educação superior que trabalham com os temas da Educação Não Escolar e educadores sociais. Ainda não temos a Educação Não Escolar como área de estudos em todas as universidades. Ainda não existe a exigência de formação superior específica para educadores sociais, o que não obriga as universidades e Institutos Federais ofertarem o curso. O educador social continua sendo uma profissão pouco estudada na universidade e conhecida na sociedade, e este é um limite na luta a favor da formação inicial e continuada destes profissionais.

Pensar a construção de cursos de formação acadêmico-profissional de educadores sociais, tendo como base Educação Popular freiriana, é fundamental para que o seu trabalho pedagógico não esteja marcado por práticas assistencialistas e acríicas de Educação Não Escolar; e, que sendo conhecedor, enquanto educador social, de que as práticas educativas na Educação Não Escolar Institucionalizada são plurais, políticas, e sociais, assim como tem fundamentos em teorias sociais e educacionais multidisciplinares, possam usar, em sua ação socioeducativa, o conhecimento construído na universidade de modo interdisciplinar, problematizador e emancipador.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? . São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fun-

- damental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e estabelece suas atribuições, 2014.
- BRASIL, Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.
- BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: aprovada na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2009a.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 5346/2009. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.** 2009b.
- BRASIL. Senado Federal. Câmara de Deputados. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências,** 2019.
- FERREIRA, Arthur Vianna. A construção da profissão de educador social no Ensino Superior Brasileiro: novas possibilidades de formação? **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 2, n. 4, 2016. p.70-79.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire,** São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo: Ática, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Educação comunitária e educação popular.** São Paulo: Cortez, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRACIANI, Maria. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida.** 5. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.
- RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, jan. /abr. 2006.
- NÓVOA, Antonio. **Evidentemente:** histórias da educação. Lisboa: Asa, 2005.
- OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PAIVA, Jaciara Silva. Educação social de rua: uma outra prática pedagógica. **Gestão Contemporânea**, Cidade, V.2, n.1, p. 34-46, 2012.
- PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação dos/as Educadores/as Populares de Porto Alegre Formados/as em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios.** 2010. 79f. Monografia (Especialização). Pós-Graduação em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais. Instituto Superior de Educação Ivoti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre, 2010.
- PAULO, Fernanda dos Santos. A formação do(as) educadores(as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- PAULO, Fernanda dos Santos. Educação popular no cenário gaúcho: contribuições para a formação de educadores sociais. *Revista Cocar*, Belém, v. 13, n. 25, p. 307-324, jan./abr. 2019.
- PAULO, Fernanda dos Santos. Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- PAULO, Fernanda dos Santos; SPEROTTO, Neila. Trajetória do curso de formação de Educadores Sociais em Porto Alegre: Educação Popular e Pedagogia Freiriana. *Revista Gestão Universitária* (ISSN 1984-3097), 2018.
- PAULO, Fernanda S.; NACHTIGALL, Nara R. G.; GÕES, Taís. P. Educação Popular e Educação Social a partir de Paulo Freire: conceitos em disputas ou complementares? *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 21, p. 43-62, 2019.
- PAULO, Fernanda dos Santos. Concepções de educação: espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Curitiba: interSaberes, 2020.
- PAULO, Fernanda dos Santos.; TESSARO, Monica. Semelhanças e diferenças entre as concepções de educação social, educação popular e educação não escolar. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 12, n. Esp2,

p. 76–97, 2020.

PAULO, Fernanda dos Santos; SILVA, Elenita L. Educação Popular e educadores sociais nas universidades: a luta dos Movimentos Sociais. *Revista Contexto & Educação*, [S. l.], v. 36, n. 115, p. 147–160, 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos. Educação Popular e Educadores Sociais: fazendo aulas com Cartas Pedagógicas. *Relem*, Manaus (AM), v. 14, n. 23, jul./dez. 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos; PALOSCHI, Acir Luis; VIEIRA, Andreyne Soares. Educação Popular em Direitos Humanos no processo de formação de educadores/as sociais. *Brasil de Fato: Porto Alegre*, RS. 22 de novembro de 2021.

PAULO, Fernanda. dos S. TREVISAN, Elisangela. Educador Social e educador popular: pautas da formação acadêmica-profissional. *Revista Panorâmica online*, [S. l.], v. 35, 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos. Educação popular freiriana como paradigma da educação do campo e da educação ambiental. *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 26, p. e4, 2023. DOI: 10.5902/2236499472224. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/72224>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PEREIRA, Antonio. Currículo e formação de educadores sociais na pedagogia social: relato de uma pesquisa formação. *Revista Profissão Docente, Uberaba*, v.13, n. 29, p. 9-35, 2013.

PEREIRA, Antonio. Formação dos educadores sociais: profissionalização técnica, para quê? *Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Salvador, BA., nº 6, v. 3, p. 82-110, 2015.

PEREIRA, Antonio. A formação inicial de Educadores Sociais no contexto dos cursos tecnológicos

e de Pedagogia: primeiras aproximações de um debate. *Ensino & Pesquisa*, v.15, n. 2 (2017), 46-45, Suplemento.

PEREIRA, Antonio. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da Educação pela LDBEN n.º 9.394/96?. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 311–332, 2019.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Roberto. *Pedagogia Social: contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social*. Volume 2. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

TRILLA, Jaume. *La educación fuera da escuela. Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel Educación, 2003.

TORRES, Alfonso Carrillo. *Pensar epistémico, educación popular e investigación participativa*. Ciudad de México: Editora Nómada, IPECAL, 2019.

VALLA, Victor. Educação não-formal: novidade do século XX? O fenômeno visto de uma abordagem histórica” in.: *Proposta, Fase*, Rio de Janeiro, n. 2, v.5, p.14-21, jun. 1977.

VALE, Ana Maria do. *Educação popular na escola pública*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZOPPEI, Emerson. *A educação não escolar no Brasil*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2015.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. De profissão Educador Social. *Práxis Educativa* (Impresso), v. 5, p. 109-110, 2010.

*Recebido em: 11/04/2023*  
*Aprovado em: 01/05/2023*